

Os mitos políticos e sua relação com a cultura política: uma possibilidade de análise no campo da história política a partir de Raoul Girardet (1987)

REGINA CÉLIA DAEFIOL*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar os mitos políticos como uma das chaves para a compreensão da política enquanto instância da vida social e como um dos aspectos da cultura de uma sociedade. A partir de tal análise, pretendemos demonstrar a relevância da abordagem dos mitos políticos nos estudos da História Política, por se constituírem elementos integrantes da cultura política que podem fornecer indícios reveladores das estruturas sociais, permitindo ao historiador analisar as motivações que levam os sujeitos a praticarem atos políticos. Tendo como base a abordagem de Raoul Girardet em *Mitos e Mitologia Política*, pretendemos analisar, em especial, o mito do herói, que fornece correlações e referências para a análise do universo político e a atuação dos agentes políticos em um determinado momento histórico.

Palavras chave: História Política; Narrativa Mítica; História do Tempo Presente; Mitos Políticos e Herói.

Political myths and their relation with political culture: a possibility of analysis in the political history's field from Raoul Girardet (1987)

Abstract: This article aims to analyze the political myths, as one of the keys to understanding the politician as an instance of social life and as one of the aspects of a society's culture. From this analysis, we intend to demonstrate the relevance of the approach of political myths in the studies of Political History, as they constitute integral elements of political culture that can provide revealing evidence of social structures, allowing the historian to analyze the motivations that lead subjects to practice political acts. Based on Raoul Girardet's approach to *Mitos e Mitologia Política*, we intend to analyze in particular the myth of the hero, which provides correlations and references for the analysis of the political universe and the performance of political agents at a given historical moment.

Key words: Political History; Mythical Narrative; Present Time History; Political Myth and Hero.



* REGINA CÉLIA DAEFIOL é mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM); graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Introdução

A relação das sociedades com seus mitos – uma relação permeada por sutilezas – abre ao historiador um universo de referenciais para compreender o presente e problematizar o passado. Na área da História Política, a abordagem sobre a mitologia política feita pelo historiador Raoul Girardet em *Mitos e Mitologia Política* (1987) pode fornecer subsídios para a compreensão de rupturas e permanências do passado nas mentalidades políticas contemporâneas, na construção de personagens políticos, nos comportamentos eleitorais, na opinião pública e na atuação dos agentes políticos no tempo presente.

É importante ressaltar que o estudo da narrativa mítica e sua relação com o universo político está em sintonia com a pluridisciplinaridade preconizada pela Nova História Política, que ganhou destaque a partir da década de 1970 por meio do contato da História Política com outras ciências sociais e das trocas com outras disciplinas (REMOND, 1996), o que abriu novos caminhos de pesquisa para o historiador político. A partir dela, seu objeto de estudo deixou de ser o Estado e o poder que dele emana - suas instituições, governos e regimes -, migrando para as diversas formas de poder que se manifestam nas relações sociais.

A Nova História Política dirigiu seu foco para o entendimento do poder para além do Estado, buscando suas configurações nas relações cotidianas, onde se estabelecem os micropoderes, aquilo que Michel Foucault (1984) conceituou como “microfísica do poder” (FALCON, 1997, p.118). Essas relações de micropoderes se desenrolam em lugares históricos pouco visitados pelos historiadores políticos antes do advento da Nova História Política,

como a família, a escola, as prisões, as fábricas, etc. Desta forma, passou a ser objeto da História Política tudo o que, nas relações sociais, é permeado pelas relações de poder.

A partir desta perspectiva, os olhares dos pesquisadores voltaram-se para os mais diversos atores sociais e políticos, uma vez que a sociedade civil passou a ser vista como um território de lutas e disputas de poder. Disputas essas que passaram a ser analisadas menos a partir dos círculos oficiais, ou seja, das relações e do jogo de interesses dos que ocupam as instituições do Estado, e mais a partir das relações entre os cidadãos comuns no meio social. Esse movimento possibilitou a abertura de novos universos de pesquisa, com a perspectiva de produzir uma história das massas, dos movimentos coletivos, das estruturas, dos pensamentos e mentalidades políticas, elementos esses que determinam a trajetória de uma sociedade.

O conceito de cultura política passou a ser usado pelos historiadores neste contexto de renovação da História Política, como elemento para reflexão sobre os mais diversos atores sociais e suas relações de poder para além da estrutura do Estado. E também para a análise das tensões e disputas presentes nas redes de micropoderes cotidianos e das novas possibilidades de fontes e abordagens que se apresentavam a partir da renovação da História Política. A cultura política é um conceito que despontou naquele momento por conta “de uma necessidade de apreender fenômenos complexos do comportamento político que teorias marxistas e idealistas da sociologia e mesmo da psicanálise falharam em explicar satisfatoriamente” (DAMASCENO, 2016, p. 23).

Bernstein define a cultura política como fator de comunhão entre os que dela partilham, fazendo os sujeitos tomarem

parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário de símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual (BERNSTEIN, 1998 p. 362-363).

A noção de cultura política remete a um conteúdo ideológico transmitido por meios como a memória, os símbolos, as festas. E, de forma muito significativa, pelos mitos, que são elementos-chave na constituição do imaginário político. Partindo desta ideia, a abordagem dos mitos políticos e da mitologia política é de grande relevância para a compreensão das culturas políticas, que, por sua vez, são elementos determinantes das mentalidades políticas e das motivações dos sujeitos em seus atos políticos na sociedade.

A cultura política e o poder são elementos que estão entrelaçados na sociedade. A consolidação da Nova História Política permitiu a percepção desta relação de entrelaçamento, pois os conceitos de poder e de político passaram “ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais” (FALCON, 1997, p. 83). O poder passou a ser entendido como algo inerente às relações humanas – e não mais como algo em disputa visando apenas a tomada do aparelho do Estado –, englobando imaginários, memórias coletivas, práticas discursivas.

Refletir sobre a cultura política e as disputas de poder nas relações sociais implica em considerar, como coloca

René Remond (1996), a instância política como uma modalidade da prática social e não como uma esfera alheia às relações entre os indivíduos na sociedade. É no campo da sociedade que se dão as disputas de poder, que têm relação muito próxima com o conceito de cultura política enquanto sistema simbólico das representações que regem a prática social e dão legitimidade ao poder político.

Dentro dessa perspectiva, a cultura política apresenta-se como fenômeno individual, porém, com reflexos no coletivo – uma vez que move os indivíduos em seus atos políticos – e que pode dar respostas mais satisfatórias em relação à complexidade dos comportamentos políticos e do universo político de uma sociedade. Porém, não é uma “chave universal que abre todas as portas” (BERNSTEIN 1998), mas um conjunto de referentes enraizado num determinado grupo ou tradição política. Existem múltiplas culturas políticas em uma nação. Em dados momentos, uma se sobressai e se mantém dominante sobre as outras.

A cultura política é um fenômeno histórico, que deve ser compreendido em sua complexidade, para se chegar ao entendimento do ato político, por natureza paradoxal, por se dar a partir de uma ação do indivíduo com base em concepções de mundo semelhantes compartilhadas em grupo. Constituindo-se um fenômeno coletivo, a cultura política é, portanto, objeto de interesse da História. Para o historiador político, permite compreender as motivações que movem os sujeitos sociais em seus atos políticos, o que revela um dos princípios do estudo da História, que é compreender as motivações do agir humano.

As mitologias políticas e a contemporaneidade

Raoul Girardet (1987) enfatiza a importância dos mitos e mitologias políticas como elementos que permitem ao historiador compreender o imaginário político, a cultura política de uma sociedade. Segundo o autor, a importância do estudo das narrativas míticas para a compreensão de eventos contemporâneos reside no fato de o mito, mesmo estando ligado a acontecimentos fantásticos de um passado remoto, continuar explicando eventos do presente, como a organização social, cultural e política de uma sociedade. Isso porque a narrativa mítica exerce uma função explicativa que fornece subsídios e comparações para que se possa compreender o presente.

Os mitos políticos, conforme Girardet, são constituídos por meio de mecanismos da memória que fazem surgir no inconsciente coletivo ideologias pautadas na imaginação social, independente da veracidade ou da correspondência histórica. Os mecanismos de memória podem remeter a tempos melhores vividos, grandes feitos de uma personalidade, mas também a aspectos negativos ou a situações de perigo a serem evitados (GIRARDET, 1987). Em *Mitos e Mitologias Políticas*, o autor demonstra que tais mecanismos podem ser identificados em vários momentos da história, em especial da França, foco de suas observações.

Utilizando exemplos da história política francesa, Girardet discorre sobre quatro mitos do campo político que são mobilizados quando uma determinada sociedade atravessa períodos desfavoráveis, de crise, que trazem desorganização e incertezas em relação ao futuro. São eles os mitos da

Conspiração, da Idade de Ouro, da Unidade e do Salvador.

O mito da Conspiração, de acordo com o autor, atribui a um determinado grupo, geralmente marginalizado, o papel de causador de todo o “mal da sociedade”, abrindo espaço a outros grupos oportunistas para se utilizarem do ressentimento que a ideia provoca. O autor cita como exemplos de mito conspiratório as ideias de complôs que permearam o imaginário social em diferentes períodos da história, como o complô judaico e o complô maçônico. Tais complôs seriam produto da articulação conspiratória de etnias ou organizações poderosas com objetivo de dominar o Ocidente. A construção de mitos conspiratórios como esses encontra ressonância em valores, crenças e memórias partilhadas pelos indivíduos, articulados com contextos de crise e de mudanças, que geram incertezas.

O segundo mito, o da Idade de Ouro, de acordo com Girardet, remete a um tempo de glórias do passado, o qual se objetiva recuperar como solução para o presente caótico. Entre os que partilham da crença neste mito, o presente é visto como um tempo de corrupção dos valores e das instituições. A evocação de tempos passados, onde havia felicidade, harmonia e organização, se torna o único caminho possível para solucionar o caos do presente. Esse mito, segundo Girardet, se apoia em

imagens de um passado tornado lenda, visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do que se supõe ter sido [...]. Oposto à imagem de um presente sentido e descrito como um momento de tristeza e de decadência, ergue-se o absoluto de um passado de plenitude e de luz. Resultado quase inevitável: cristalizando ao seu redor todos os

impulsos, todos os poderes do sonho, a representação do “tempo de antes” tornou-se mito. E mito no sentido mais complexo do termo: ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora. (GIRARDET, 1987, p. 97-98).

O uso, pelo fascismo de Mussolini, do mito da antiga Roma como referência de um tempo glorioso onde se encontra a origem do povo italiano, é uma exemplificação perfeita do mito da Idade de Ouro. O mito de Roma, a Cidade Eterna da Antiguidade, foi apropriado pelo fascismo, por meio da propaganda e até mesmo dos discursos de Mussolini, como uma “síntese entre passado, presente e futuro da nação” (MATOS, 2017, p. 138) e da grandeza da estirpe italiana. A missão do Estado fascista era, desta forma, fazer ressurgir essa Itália eterna e gloriosa.

O terceiro mito apontado por Girardet é o da Unidade. Este, segundo ele, é um mito politicamente fundamental, pois opera no que há de mais primordial numa sociedade, que é o sentimento de pertencimento. O mito da unidade está relacionado à percepção do sentido de pátria enquanto conjunto unido, sendo a unidade percebida como único meio de se chegar a uma harmonia social. Este mito, historicamente, deu as bases para que certos regimes, movimentos políticos ou mesmo revoluções sociais operassem com as ideias de nacionalismo, patriotismo, ufanismo, ordem nacional, harmonia, paz, progresso (GIRARDET, 1987).

Suas bases se dão nas idealizações de pensadores e políticos que buscam internalizar na sociedade a ideia de que a construção de uma nação ou Estado unificado é do interesse do bem comum. Nem sempre essa unidade corresponde ao real. Girardet cita como exemplo a Revolução Francesa (1789-1799). Nela

construiu-se um imaginário de que o povo francês realmente estava unido para colocar fim à monarquia e instaurar a República. Porém, na prática, essa unificação de ideais seria quase impossível diante do conflito de interesses e das inúmeras disputas políticas presentes entre os que tomaram parte do processo revolucionário.

O quarto mito é o do Salvador. Analisado por Girardet de maneira mais profunda, tem sua composição baseada na necessidade coletiva de uma personificação da solução e da esperança de mudança em meio a um presente cheio de incertezas e de instabilidade. Toda a esperança é centrada numa figura política heroica, vista como a única capaz de salvar um povo, uma nação, um Estado ou uma cidade da situação de caos vivenciada no presente. A partir da análise dos quatro mitos, Girardet constrói um modelo explicativo para a compreensão do imaginário político de uma sociedade.

O que nos dizem os mitos?

O mito, numa conceituação simplificada, funciona como forma de dar sentido a uma dada realidade, de explicar algo que, em princípio, aparece como estranho. Desta forma, nem sempre pode ter seus conteúdos explicados de forma racional. O antropólogo Bronislaw Malinowski, ao analisar sociedades primitivas, concluiu que o mito opera como forma de atribuir um sentido ao mundo, além de exercer uma função de elemento de integração social ao promover a preservação da cultura, das tradições e da própria sociedade, especialmente em momentos de conflito.

Para o autor, o mito é uma forma de "fortalecer a tradição, dotando-a de

valor e prestígio maiores, elevando-a à realidade mais alta, melhor, mais sobrenatural, dos eventos iniciais"¹ (Malinowski, 1948, p. 122, tradução nossa). Partindo desta perspectiva, as narrativas míticas podem ser definidas como um conjunto de ideias que têm como função conferir significados ao presente remetendo-se a eventos do passado.

Mas o mito não deve ser analisado sob o aspecto do “ser verdadeiro ou não-verdadeiro”. Para o autor, a narrativa mítica é uma forma de reviver a realidade original, primitiva, como meio de satisfazer necessidades do presente (no caso de sua análise, religiosas), como oferecer regras e orientações para as condutas práticas dos membros de uma sociedade, uma vez que contém uma sabedoria ancestral.

O mito, como uma declaração da realidade primitiva que ainda vive nos dias de hoje [...] fornece um padrão de retrospectiva de valores morais, ordem sociológica e crença mágica. Portanto, não é uma mera narrativa, nem uma forma de ciência, nem um ramo da arte ou da história, nem um conto explicativo. Cumpre uma função *sui generis* intimamente ligada à natureza da tradição e continuidade da cultura, com a relação entre idade e juventude, e com a atitude humana em relação ao passado².

¹ *The function of myth, briefly, is to strengthen tradition and endow it with a greater value and prestige by tracing it back to a higher, better, more supernatural reality of initial events*

² *Myth, as a statement of primeval reality which still lives in present-day [...] supplies a retrospective pattern of moral values, sociological order, and magical belief. It is, therefore, neither a mere narrative, nor a form of science, nor a branch of art or history, nor an explanatory tale. It fulfils a function sui generis closely connected with the nature of tradition, and the continuity of culture, with the relation*

(Malinowski, 1948, p. 122, tradução nossa)

Eliade, considerando mito como um relato que “fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente” e “uma história sagrada e, portanto, uma ‘história verdadeira’, porque sempre se refere a realidades” (1972, p. 9), afirma que a

maior parte das situações assumidas pelo homem religioso das sociedades primitivas e das civilizações arcaicas há muito tempo foram ultrapassadas pela História. Mas não desapareceram sem deixar vestígios: contribuíram para que nos tornássemos aquilo que somos hoje; fazem parte, portanto, da nossa própria história. (ELIADE 1992, p. 97)

Para Girardet, “como o sonho, o mito não pode ser definido, encerrado em contornos precisos” (GIRARDET, 1987, p. 14). E isso se aplica aos mitos políticos, De acordo com o autor, as guerras, revoluções e os discursos políticos dos últimos 200 anos se mostram permeados de referências à mitologia, elemento indissociável da cultura política. O mito político, na concepção de Girardet, tem entre suas características a fabulação, que leva a uma deformação do real. Tem, também, uma função explicativa, fornecendo elementos para a compreensão do presente. Essa função explicativa vai ao encontro das ideias de Malinowski e de Eliade no que se à função dos mitos nas sociedades.

Por deixarem vestígios no presente, os mitos ajudam a explicar os pensamentos e as mentalidades das sociedades contemporâneas. Segundo Barthes (2001), o mito é também uma fala construída por meio de palavras. Sendo

between age and youth, and with the human attitude towards the past.

o mito expresso por meio da linguagem, pode ser dividido em três elementos: o significante, o significado e o signo. A partir dessa característica tripartite, podemos dizer que o mito vai além da imagem representada, pois é polissêmico por seu conteúdo passível de interpretações diversas de acordo com a cultura e o contexto de uma sociedade ou mesmo de um indivíduo.

Umberto Eco (1979) afirma que o mito tem a função primordial de representar, por meio de referências simbólicas, os elementos que compõem a cultura do indivíduo, de um grupo ou mesmo de toda uma sociedade. Tais representações simbólicas, produto de um pensamento coletivo baseado em crenças, tradições e valores, acabam por revelar sentimentos comuns entre os que as compartilham, da mesma maneira como têm a função de também promover uma identificação entre os indivíduos que nela acreditam.

Por meio de seus mitos, portanto, a sociedade humana pode representar seus conceitos sobre bem e mal, grandeza, honestidade, bravura, projetando-os em imagens simbólicas que podem encarná-los no nível do concreto. Tais imagens simbólicas equiparam-se ao conceito de arquétipo, da psicologia analítica de Carl Jung, como modelos que se originam na mente humana no decorrer do desenvolvimento de sua trajetória histórica e que servem para estabelecer padrões de representação cultural.

[...] os arquétipos não se difundem por toda parte mediante a simples tradição, linguagem e migração, mas ressurgem espontaneamente em qualquer tempo e lugar, sem a influência de uma transmissão externa. Não podemos subestimar o alcance dessa constatação, pois ela significa nada menos do que a presença, em cada psique, de disposições vivas inconscientes,

nem por isso menos ativas, de formas ou ideias em sentido platônico que instintivamente pré-formam e influenciam seu pensar, sentir e agir. (JUNG, 2000, p. 90-91)

Os mitos expressam crenças do passado que continuam explicando atos do presente e embasando projeções comuns de futuro. Esse mecanismo de ação do mito encontra-se muito presente no discurso político, que

embora se utilize do passado e o redesenhe permanentemente, projeta-se com muito mais frequência em direção ao futuro. Mesmo quando fala sobre o passado, para resgatar uma tradição ou reverenciar a memória de um grande homem, está de olhos voltados para o porvir. A tradição é invocada na esperança de sua continuidade [...]. Ao propor a alteração ou a permanência de práticas e instituições sociais, ele projeta a imagem da sociedade que advirá. A reflexão sobre o passado (e o presente) é necessária, mas na medida em que crie um sentido apropriado a justificar essa projeção (MIGUEL, 1998, p. 11)

O mito do herói e sua construção

Presente na mitologia de toda sociedade, o mito do herói constitui-se num elemento muito potente para compreender mentalidades, pois mobiliza no inconsciente coletivo o que Umberto Eco (1979) chama de “uma constante da imaginação popular”. Segundo o filósofo italiano, o herói, que possui entre suas principais características poderes superiores ao do homem comum, está presente no imaginário coletivo desde a Antiguidade.

Na atual sociedade guiada pela cultura de massa³, a figura do herói também está presente de forma marcante, seja na literatura, no cinema, na televisão, nas histórias em quadrinho. Ele surge como um guardião dos “valores mais nobres e justos e como responsável, não só pela defesa dos homens, mas pela transmissão, através de suas narrativas, de ensinamentos para as gerações futuras” (VIEIRA, 2007, p. 82).

Com toda essa poderosa simbologia, e, especialmente, imerso na cultura de massa, o mito do herói transita com grande facilidade no universo político, especialmente quando as demandas sociais e a ressonância encontrada no conjunto da sociedade dão as condições para que se estabeleça a partir daquilo que define sua essência, ou seja, “proteger e servir ao povo, a quem se apresenta como depositário de todas as esperanças e aspirações.” (VIEIRA, 2007, p. 82).

Ao analisar o mito do herói, Girardet (1987) coloca que a maior parte dos discursos que alimentam a imaginação política não tem base em racionalizações programáticas e ideológicas, mas num universo mitológico religioso e irracional. De acordo com o historiador, o processo de heroificação de uma personalidade política envolve tanto “a parcela da espontaneidade criadora” do público,

³ Cultura de massa é aqui entendida como produto da indústria cultural, conceito criado pelos filósofos alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), fundadores da Escola de Frankfurt, para se referir aos grandes grupos midiáticos que controlavam os meios de comunicação de massa, ditando padrões de consumo, de notícias e de outros serviços que levam à alienação das pessoas. A cultura de massa consiste em todos os tipos de expressões culturais que são produzidos para atingir a maioria da população, com o objetivo essencialmente comercial, ou seja, de gerar produtos para o consumo.

como também uma “construção intencional” por parte do próprio personagem ou dos que desejam e procuram transformá-lo em herói (GIRARDET, 1987). Segundo Girardet, é preciso considerar “o fato de que, estendendo-se no mais das vezes por uma dimensão cronológica bastante ampla, o processo de heroificação pode apresentar-se organizado em vários períodos sucessivos, sensivelmente diferentes uns dos outros por sua tonalidade afetiva” (GIRARDET, 1987, p. 72).

Segundo o autor, esses períodos dividem-se em tempo da espera e do apelo – em que ocorre a formação, difusão e cristalização da imagem de um salvador desejado –, tempo da presença – em que se opera o surgimento do salvador por meio do qual “o curso da história está prestes a se realizar” – e o tempo da lembrança – quando a figura do salvador é jogada para o passado, sendo remoldada e modificada pelas ambiguidades da memória.

Mas sobretudo não se poderia esquecer que, a partir do momento em que todo mito desse tipo ganha uma certa amplitude coletiva, ele tende a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, a constituir-se, em outras palavras, como uma espécie de encruzilhada do imaginário onde vêm cruzar-se e embaralhar-se as aspirações e as exigências mais diversas, por vezes mais contraditórias. (GIRARDET, 1987, p. 72-73)

Para falar da espontaneidade e da intencionalidade envolvidas no processo de heroificação, Girardet cita como exemplo o mito de Napoleão, construído tanto a partir da repercussão de seus feitos, vitórias e conquistas, como também pela própria mitificação

intencional de sua imagem, por meio das pinturas e esculturas oficiais.

Outra personalidade política da história que pode ser analisada a partir da construção mítica/heroica é Adolf Hitler. A construção do mito em torno de sua figura encontrou suas bases na profunda crise econômica, política e social vivida pela Alemanha no pós I Guerra Mundial, situação que levou a sociedade alemã a tornar-se receptiva à ideia de um “salvador”. Ao ser indicado como primeiro-ministro, em 1932, Hitler dá início a uma trajetória que culminaria num governo totalitário. Essa ascensão se deu com base num discurso que encontrou ressonância nas esperanças do povo alemão no surgimento de uma figura política capaz de colocar ordem no caos do presente.

Esse discurso, disseminado tanto nas palavras de Hitler como também por meio do largo uso da propaganda, apresentava o nazismo, sob o comando do fúhrer – um “verdadeiro herói” – como o único caminho para restituir a grandeza perdida da Alemanha. Essa grandeza implicava na reconstrução de uma Alemanha imperialista, bélica e implacável com grupos étnicos e políticos que ameaçassem a pureza e a superioridade da raça ariana.

Quando aborda o mito do herói, Girardet estabelece quatro modelos estruturais que podem ser entendidos como quatro arquétipos ou modelos de Salvadores observados na história. É importante observar que as figuras políticas que Girardet analisou em sua obra transitam por diversos desses arquétipos, de acordo com os momentos de sua trajetória e do contexto histórico em que estavam inseridos. Esses arquétipos permitem entender o processo de heroificação por que passaram as figuras políticas citadas pelo autor, bem como compreender a

função da mitologia no campo da política, uma vez que demonstram a íntima relação entre política e mitos, em especial, entre política e o mito do herói.

O primeiro modelo proposto por Girardet é simbolizado pela figura de Cincinnatus, o senador romano. Esse salvador possui *gravitas*, ou seja, é dotado de firmeza, experiência, prudência e moderação. É a imagem lendária do velho homem que se tornou ilustre em outros tempos nos trabalhos de paz ou de guerra. Como coloca Girardet, ele é ligado a um “passado de ordem ou de glória – que se vê chamado a socorrer o presente – um presente de confusão ou derrota” (GIRARDET, 1987, p. 74).

O segundo modelo, o Conquistador, é o inverso do *gravitas*, pois ele é dotado de *celeritas*: tem a impetuosidade da glória imediata, da conquista, é um herói ligado ao presente, um personagem impetuoso. A simbologia deste salvador é a espada. Girardet o compara à figura do jovem Napoleão Bonaparte, vencedor de duas campanhas da Itália, em 1795 e 1800. E também à figura de Alexandre, o Grande.

Já o Legislativo é um arquétipo de Salvador cuja referência histórica, segundo Girardet, está na figura do legislador Sólon, da Grécia Antiga. É o homem providencial, o organizador da nova ordem, com base nas leis e nos princípios que regem aquela sociedade. Girardet coloca como exemplo a figura de Charles de Gaulle em 1958, estabelecendo os princípios e as regras de uma nova República francesa. (GIRARDET, 1987)

O último modelo proposto pelo autor é o Herói Messiânico ou Profético, cuja referência é a figura bíblica de Moisés, que libertou os hebreus da escravidão

no Egito, cruzou o Mar Vermelho, conduziu o povo judeu por 40 anos no deserto e recebeu, no Monte Sinai, as Tábuas dos Dez Mandamentos. O salvador messiânico opera, de acordo Girardet, pelo poder do verbo, ou seja, da oratória, fazendo seu discurso ressoar como sendo o discurso de todos os homens e mulheres de uma nação. Girardet evoca, novamente, a figura de Hitler, no auge do III Reich, para exemplificar esse arquétipo.

Conclusão

Por permitir entrever intencionalidades, sondar mentalidades e entender as motivações das ações políticas, o estudo da mitologia política é de grande valia no campo da História Política ao contribuir para a compreensão das estruturas, das rupturas e das permanências, da longa duração, temporalidade histórica em que são gestadas as culturas políticas que movem determinados comportamentos políticos.

Os mitos políticos constituem uma força poderosa que impulsiona as ações políticas. Neste sentido, podem dizer muito ao historiador a respeito das crenças e aspirações políticas presentes na sociedade e também ajudá-lo a lançar um novo olhar sobre o trabalho de identificação e análise dos componentes das culturas políticas que trazem em si significados constantemente reafirmados por meio de ritos, símbolos e comportamentos coletivos.

O campo da política opera muito além dos limites do racional, que envolve questões técnicas ou conjunto de interesses que precisam ser acomodados. Opera também no limiar do irracional, uma vez que projetos políticos sempre colocam em disputa valores e crenças, aspirações e modelos de sociedade, visões de futuro

diferentes. Esses elementos fornecem indícios que podem ajudar no entendimento de vários aspectos do campo político, como a construção das ideias de grupos e partidos, de personagens, os comportamentos eleitorais, a atuação dos agentes políticos em um determinado momento histórico, e até mesmo a opinião pública.

São fundamentos que ajudam a compreender o que leva à ação ou, também, à inércia política em determinados momentos históricos; o que leva a opinião pública a referendar um determinado projeto político, em detrimento de outro. Ajudam também a compreender as bases de construção de candidaturas e candidatos, que num processo eleitoral só alcançam sucesso se conseguirem fazer com que seu discurso encontre ressonância nas aspirações do eleitorado.

Os mitos políticos são revestidos de historicidade. Fornecem subsídios para sondar o imaginário político e a cultura política, permitindo a compreensão da dinâmica das relações dos grupos sociais com a organização política da sociedade e desvendar a pluralidade de fatores que compõem as lógicas e motivações dos comportamentos políticos.

Compreender tais aspectos é fundamental no trabalho do historiador que se debruça sobre o campo da política. Mais ainda no atual momento vivido no mundo e, especial, no Brasil, em que a polarização política e a normalização de ideias ultraconservadoras e, não raras vezes, reacionárias, ganharam terreno e se refletem de forma negativa tanto nas disputas eleitorais e no exercício do poder como no cotidiano das relações sociais.

Para entender o presente, que por vezes se apresenta como uma realidade distópica, é preciso compreender as rupturas e, principalmente, as permanências do passado nas ações e reações dos atores sociais e políticos. Aspectos da mitologia política analisados por Raoul Girardet podem fornecer ao historiador elementos promissores neste processo de elaboração do tempo presente.

Referências

- ANDRADE, S. R. de; PALAMIN, F. G. As representações de juventude, de velhice e de morte na *Edda Poética e na Edda em Prosa. Brathair*, v. 11, n. 1, p. 3-22, 2011.
- BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BERNSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J. & SIRINELLI, J. (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
- DAMASCENO, N. A. Cultura política: usos e conceitos na perspectiva da Nova História Política. In: PRIORI, A.; POMARI, L. R. (org.) *História política: métodos e problemas*. Maringá: Eduem, 2016, p. 21-30.
- ECO, U. O mito do Superman. In: _____. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 239-280.
- ELIADE, M. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 97-138.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GIRARDET, R. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1987.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2000. (Obras completas de C. G. Jung v. IX/1)
- MIGUEL, L. F. Em torno do conceito de mito político. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000300005>>. Acesso em 18 de maio 2019.
- REMOND, R. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Myth in the Primitive Psychology. In: *Magic, Science and Religion and Other Essays*. Beacon Press: Boston, 1948.
- MATOS, V. de. Do Risorgimento à República: A Itália em busca de uma identidade nacional. In: SIMÕES, R. B. (org.) et al. *Pessoas e ideias em trânsito: percursos e imaginários*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 125-153.
- VIEIRA, M. F. Mito e herói na contemporaneidade: as histórias em quadrinhos como instrumento de crítica social. *Contemporânea*, v. 5, n. 1, p. 78-90, 2007.

Recebido em 2019-08-02
Publicado em 2020-09-21